

Aposta no pior

06 FEV 1994

CORREIO BRAZILIENSE

Antonio Caraballo

Há um inconsciente coletivo aparentemente conspirando contra o País. De que outra forma entender impasses como os que amarram o processo de revisão constitucional e o andamento do plano econômico com o qual o governo imagina exorcizar o fantasma da hiperinflação da vida nacional? Esta semana será decisiva para ambos os processos. Sem avanços, é provável que o presidente Itamar Franco tenha de recrutar seu quinto ministro da Fazenda e o calendário político-eleitoral de 1994 atrole de vez o projeto de reforma da Constituição.

Mas a quem interessa esta aposta no pior? A profissão de fé feita diariamente pela maioria dos parlamentares sugere que não é a eles. Mudam alguns adjetivos e ênfases, porém no essencial todos concordam: é vital manter a governabilidade, tanto quanto é recomendável realizar uma ampla recauchutagem do texto constitucional. O problema é que esse discurso não se traduz em votos ou assiduidade em plenário. As preocupações com o provável projeto político do **tucano** Fernando Henrique Cardoso, que está ministro, mas é político profissional, parecem ostáculos vitaminados pela impressão de que o ministro não deixará passar um eventual cavalo selado. O patrulhamento agressivo das corporações que defendem a intocabilidade do atual texto constitucional também pode estar na raiz deste divórcio entre teoria e prática parlamentar.

A televisão vai ganhando uma crescente mídia política, enquanto os manifestos sucedem pelos veículos de comunicação impressa. Os temores são de que volte o corpo a corpo de militantes que em 1988 intimidaram muitos constituintes e suas teses neoli-

berais. As pressões pela apreciação de matérias importantes e urgentes, como a cassação dos parlamentares apontados pela CPI do Orçamento, a votação do orçamento federal e a decisão em torno da instalação de novas e polêmicas CPIs, ajudam no reforço do imobilismo. Dentro de tal quadro, o Congresso corre o risco de ser visto como instituição dominada por **pizzaiolos**.

No plano econômico, é evidente que há um equilíbrio precário separando o sistema produtivo do mundo da especulação. E não serão declarações como as do líder do governo no Senado, Pedro Simon, a respeito dos possíveis remédios oficiais para combater a anemia orçamentária, que vão garantir a tranquilidade. De qualquer modo, anos de crises e sustos já produziram algumas vacinas nas pessoas e empresas. A dependência do governo ficou menor e o autocontrole maior. Ironicamente, essa maior capacidade de administrar a instabilidade pode estar na raiz dos movimentos desenvolvidos por esse aparentemente oposicionista inconsciente coletivo.

Estabelecido que o governo seja a situação, um amplo leque de oposições teria naturais vantagens político-eleitorais com o enfraquecimento da gestão pública. Imobilismo semelhante, no plano da revisão constitucional, igualmente renderia dividendos nas eleições marcadas para 3 de outubro. O descompasso entre o Brasil e o mundo, que já gerou um contencioso de amargo desinvestimento, certamente não tem uma leitura catastrófica para quem está montando equações e pensando em lianças, de olho nas urnas. Até porque sempre restará a esperança da retomada de um negociação politicamente correta, ao embalo de milhões de votos zero quilômetro.